

Percepções Públicas e o Papel do Supremo Tribunal Federal na Descriminalização do Aborto: uma análise de comentários no X durante a ADPF 442¹

Natália Assueiro Carneiro²

Carla Candida Rizzotto³

Universidade Federal do Paraná - UFPR

RESUMO

As redes sociais se consolidaram como espaços dinâmicos de debate público, permitindo acompanhar em tempo real as reações da população a temas de grande relevância, como a descriminalização do aborto. Esta pesquisa propõe analisar os comentários na rede social X com o objetivo de identificar padrões argumentativos e estratégias persuasivas utilizados por brasileiros ao discutirem o voto da ADPF 442, declarado pela Ministra Rosa Weber em setembro de 2023. Além disso, busca-se compreender como os comentaristas perceberam o Supremo Tribunal Federal (STF) e avaliaram sua competência para deliberar sobre questões dessa natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Audiências públicas; Conversação; Deliberação; Redes sociais, Descriminalização do aborto.

CORPO DO TEXTO

INTRODUÇÃO: ADPF 442, DEBATES, MOBILIZAÇÕES E DESAFIOS NA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

Ao adentrar o campo de discussão sobre o aborto, é essencial compreender onde e como ele se desenvolve, bem como quem tende a participar dele. A questão do aborto no Brasil é marcada por uma profunda polarização e um intenso debate, sendo frequentemente colocada à margem da discussão política ao ser categorizada como uma questão moral e de "costumes" (MIGUEL, 2012).

Após a audiência pública da ADPF 442 no STF, o Congresso Nacional passou a registrar um aumento no número de projetos relacionados ao tema protocolados na Câmara (RIZZOTTO et al., 2021). É possível identificar, ainda que indiretamente, a presença de valores morais e "cristãos" nesses projetos de lei. As propostas de revisão da legislação que buscam ampliar a possibilidade de aborto legal enfrentam dificuldades

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Política, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 3 a 5 de julho de 2025.

² Mestranda do PPGCOM - UFPR, email: natalia.assueiro@ufpr.br

³ Professora do Departamento de Comunicação e do PPGCOM-UFPR. E-mail: carlarizzotto84@gmail.com

para avançar (MIGUEL, 2012). Em contraste, projetos que restringem essas possibilidades, como o PL do Estatuto do Nascituro, encontram maior facilidade para serem pautados e seguirem para votação.

Ao entrar em pauta na agenda política, as discussões sobre aborto passaram a integrar novas arenas não deliberativas, sobretudo a midiática (RIZZOTTO et al., 2021). Seja em arenas deliberativas ou não, essa discussão envolve participantes que se posicionam tanto a favor quanto contra a descriminalização do aborto, empregando diversas formas de linguagem e expressão para defender seus pontos de vista. É crucial observarmos também como esses discursos se difundem e se complementam. Ao analisarmos os discursos da audiência pública da ADPF 442 em 2018, bem como as intervenções feitas por parlamentares e outras figuras de destaque ao longo dos anos, e compararmos com o que é encontrado nas redes sociais, podemos compreender as estratégias que cada movimento busca empregar e reproduzir para sustentar seus argumentos. Por exemplo, ao examinarmos o lado contrário à legalização do aborto, é certo que, independentemente de onde a discussão se concentre, nos depararemos com relatos de pessoas que consideram ter sido "salvas" (seja de abortarem ou de serem abortadas), imagens de crianças ou embriões, e técnicas de personificação dos fetos (RYBKA e CABRAL, 2023). O emprego dessas ferramentas linguísticas não apenas busca sensibilizar o ouvinte, mas também contribui para aproximá-lo do campo contrário enquanto o afasta do campo favorável.

Com a popularização da internet e das redes sociais, essas plataformas se tornaram verdadeiros espaços de disputa por pautas e narrativas. A sensação de anonimato e a possibilidade de interações rápidas permitiram que temas como o aborto fossem discutidos amplamente. As redes sociais amplificam informações e permitem que manifestações e reações do público sejam registradas de forma mais duradoura, gerando novos espaços para a análise da comunicação. No X, rede social com mais de 22 milhões de usuários brasileiros em janeiro de 2024, termos como "STF", "aborto" e "Rosa Weber" apareceram entre os Trending Topics, refletindo as discussões sobre a ADPF 442 e a legalização do aborto (GOLEMBIEWNSKI e MÜLLER, 2019). A hashtag #NemPresaNemMorta, associada a movimentos feministas pró-aborto, foi amplamente utilizada durante a votação da ADPF 442, destacando-se como uma ferramenta de mobilização no debate público.

Portanto, essa pesquisa busca compreender a percepção e a troca de argumentos entre os brasileiros sobre a descriminalização do aborto, bem como sobre a qualificação do STF para pautar o tema. Como objetivos específicos busca-se identificar padrões de argumentação de grupos contrários e favoráveis ao aborto, compreender o teor predominante nas críticas direcionadas ao Supremo Tribunal e analisar as discussões nas redes sociais como um meio de participação democrática. Será investigado se essas interações tendem a enriquecer o debate público, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e políticas envolvendo a a questão de descriminalização do aborto no Brasil.

O estudo também se fundamenta no conceito de deliberação ampliada, que vai além dos espaços formais de debate e inclui as conversações cotidianas e as mídias. Esse modelo de deliberação contribui para a construção da opinião pública, a qual deve ser considerada nas decisões políticas (COHEN; FUNG, 2004). A teoria da democracia comunicativa, proposta por Iris Young, destaca três elementos essenciais para o discurso: saudação, retórica e narração. Esta pesquisa foca especialmente em retórica e narração, que são amplamente usados nos debates online, onde a retórica utiliza humor e figuras de linguagem para cativar a audiência, enquanto a narração busca aproximar o público por meio de relatos subjetivos e experiências coletivas (YOUNG, 2001).

MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi realizada uma análise de 476 postagens e comentários feitos na plataforma X (antigo Twitter) no período entre os dias 21 e 23 de setembro de 2023 - momento em que a ADPF 442 se destacou como um dos tópicos mais discutidos na rede social - que faziam menção aos termos "aborto" e "STF".

O Twitter foi escolhido como plataforma de estudo devido à sua ampla popularidade e à concentração de discussões pertinentes ao tema em questão. Durante a análise, a separação, organização e classificação dos comentários se fundamentou no livro de códigos. O livro utilizado como base nessa pesquisa foi desenvolvido pelo COMPA (Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política) para a análise de comentários conversações online sobre aborto legal, e foi adaptado para o caso do estudo. O documento apresenta 12 variáveis, organizadas em dois grupos distintos:

características referentes ao conteúdo do comentário e recursos argumentativos. No primeiro grupo, que se concentra nos aspectos dos comentários, incluem-se elementos como: tema, forma, racionalidade, tipo de justificativa, referência a competência e relação dos comentaristas a respeito do STF, e estratégia persuasiva dominante. No segundo grupo, que categoriza as estratégias argumentativas utilizadas pelos comentaristas, englobam-se conceitos como: ameaça, sarcasmo, analogia, narração, insulto e posicionamento do comentarista.

Com a sistematização das postagens e a classificação da linguagem e dos recursos empregados em cada uma delas, torna-se possível identificar tendências e padrões utilizados pelos grupos favoráveis e contrários, bem como categorizar as críticas e opiniões relacionadas ao Supremo Tribunal Federal.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Durante a análise das postagens sobre a descriminalização do aborto, foram identificados diversos padrões de comportamento e argumentação entre os comentaristas. A maioria dos comentários (56%) foi contra a descriminalização, enquanto 33% adotaram uma postura neutra e 49% foram favoráveis. As postagens, em sua maior parte, trataram de temas gerais relacionados ao aborto, com 91% delas focando em discussões mais amplas, sem abordar diretamente o voto da Ministra Rosa Weber.

Quanto à forma dos comentários, a maioria (55%) consistiu em declarações diretas, seguidas por postagens que buscavam gerar conflito (20%) e esclarecimentos (14%). Os comentários de esclarecimento foram mais frequentes entre os neutros, representando 24,68% desse grupo. Em relação à racionalidade, 53% dos comentários apresentaram argumentos fundamentados, enquanto 47% eram compostos por ofensas, provocações e declarações sem embasamento lógico.

As justificativas mais comuns nos comentários foram jurídicas, seguidas por religiosas. A análise das estratégias persuasivas revelou que a **retórica crítica** foi a mais utilizada (39%), com comentaristas questionando a credibilidade do STF, principalmente entre os que eram contra a descriminalização. Essa abordagem também foi usada por 25% dos neutros e 8% dos favoráveis.

Em relação à competência do STF, 88% dos comentários mencionaram o Supremo, com 59% expressando críticas à sua atuação, 34% neutros e 7% favoráveis. Essa percepção negativa indica uma visão de que o STF estaria agindo além de suas competências constitucionais, o que gerou uma polarização nas respostas.

Por fim, os recursos argumentativos mais recorrentes foram o sarcasmo (31%) e a analogia (25%), com comentaristas frequentemente comparando a descriminalização do aborto a outras decisões polêmicas do STF, como o porte de drogas. Essas comparações refletiram a crítica ao ativismo jurídico do Supremo, sugerindo que suas decisões estavam sendo vistas como tomadas com base em uma agenda política, e não exclusivamente em uma interpretação legal da Constituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou aspectos importantes sobre a percepção pública, estratégias argumentativas e a relação dos comentaristas com o STF e a descriminalização do aborto. A maioria dos comentários (56%) se posiciona contra a descriminalização, refletindo descontentamento com a proposta e críticas ao STF, acusado de ultrapassar suas funções constitucionais. A análise da variável 5.1 confirma que 59% dos comentários são contrários ao Supremo.

As estratégias persuasivas reforçam a polarização. Comentários favoráveis utilizam retórica propositiva, enquanto os contrários recorrem a emoções, ameaças e insultos, frequentemente associando o STF a uma atuação ilegítima. A predominância de justificativas jurídicas e religiosas mostra que a discussão envolve não só aspectos legais, mas também influências ideológicas e morais, principalmente religiosas.

O sarcasmo e a analogia foram as estratégias mais comuns, com comparações entre a descriminalização do aborto e outras decisões polêmicas do STF, evidenciando críticas ao “ativismo judicial”. Além disso, a pesquisa revela desconfiança quanto à competência do STF para decidir sobre o aborto, crítica observada entre os opositores e, em menor grau, entre comentaristas neutros e favoráveis.

Esses resultados evidenciam que o debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil vai além de uma questão do campo do direito, refletindo, na verdade, as profundas tensões políticas, sociais e ideológicas que marcam a sociedade brasileira. O papel do STF, enquanto defensor da Constituição, tem sido alvo constante de

questionamentos, o que sugere que a Corte continuará a ser um ponto central de disputas em torno do futuro do país e dos direitos fundamentais dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BELIN, L. L. **Meninas, vim deixar meu relato**: Redes sociais de apoio, contrapúblicos digitais e conversações sobre direitos sexuais e reprodutivos em grupos de mulheres. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Ano de obtenção: 2023.

DINIZ, D., MEDEIROS, M., MADEIRO, A.. **National Abortion Survey** – Brazil, 2021. Ciência e Saúde Coletiva (2023/Mar). Disponível em:<<https://bit.ly/490nnRV>> . Acesso em 16 set. 2023.

GOLEMBIEWSKI, Carlos; MÜLLER, Bianca Ávila. **Profissão Repórter no YouTube**: o discurso dos internautas sobre aborto. 1. ed. Joinville: Confluências Culturais, 2019. 76-88 p. v. 9.

MIGUEL, Luis Felipe. **Aborto e democracia**. Florianópolis: Estudos Feministas, 657-672 p. set-dez 2012.

NADINE RYBKAA, Larissa et al. **Morte e vida no debate sobre aborto**: uma análise a partir da audiência pública sobre a ADPF 442. São Paulo: Saúde e Sociedade, v. 32. 657-672 p. 2023.

RIZZOTTO, C.C et al. **PRÓ-ESCOLHA X PRÓ-VIDA**: análise sistêmica das estratégias comunicacionais nas discussões on-line e presenciais sobre a descriminalização do aborto. Contemporanea: comunicação e cultura, Bahia, v. 2, n. 19, p. 6-35, mai-ago. 2021.

RIZZOTTO, C.; LEOPOLDO BELIN, L.. **Características deliberativas de la conversación de brasileños sobre la [no] despenalización del aborto en Argentina**. REVISTA LATINOAMERICANA COMUNICACIÓN CHASQUI, v. 1, p. 47-68, 2021.

TIDRE, Juliane. **(Im)permeabilidade social do STF**: análise a partir da litigância estratégica de grupos feministas pelo direito ao aborto. 67p. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.